

**Universidade Federal Fluminense – UFF**

**Disciplina: Direito Financeiro e Tributário II**

**Professor: Rodrigo Lourega**

**Aluno(a): \_\_\_\_\_**

**AVALIAÇÃO - 2 CHAMADA**



**Instruções – Prova Objetiva:**

- Este caderno contém 20 (vinte) questões, com 5 alternativas cada uma.
- Cada questão contém somente UMA ALTERNATIVA CORRETA.
- Atribui-se a cada questão o valor de 0,5 ponto, totalizando 10,0 pontos.
- Há um QUADRO DEFINITIVO DE RESPOSTAS, que deverá ser preenchido de caneta AZUL ou PRETA.

**Quadro Definitivo de Respostas**

Alternativa/ Questão	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

**Questão 1** - (Ano: 2024 - Banca: CESPE / CEBRASPE  
Órgão: FINEP – Analista – Jurídica). Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta em relação aos princípios gerais do sistema tributário nacional e às limitações ao poder de tributar.

A) É constitucional a adoção, no cálculo do valor da taxa, de um ou mais elementos de base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

B) A imunidade tributária recíproca estende-se incondicionalmente às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

- A duração da prova é de 1h30m (uma hora e trinta minutos).
- O tempo mínimo de permanência na sala é de 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- A aluno não poderá retirar-se da sala de prova levando o caderno de questões.
- Boa prova!

- C) Por ser específico e divisível, o serviço de iluminação pública pode ser remunerado por meio de taxa.  
D) Em decorrência da imunidade tributária recíproca, é vedado aos entes federativos instituir tributos sobre o patrimônio, a renda e os serviços uns dos outros.  
E) De acordo com o princípio da anterioridade da lei tributária, é vedada a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

**Questão 2** – (Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: Prefeitura de Caraguatatuba – SP – Procurador) Determinada igreja aluga um imóvel de sua propriedade para uma pessoa jurídica. Os valores do aluguel são aplicados integralmente nas atividades religiosas da igreja. Sobre a hipótese, de acordo com a CRFB/88 e com o entendimento do STF, assinale a afirmativa correta.

- A) O imóvel é isento do IPTU, pois o valor dos aluguéis está sendo aplicado nas atividades essenciais da igreja.  
B) O imóvel é imune ao IPTU, pois o valor dos aluguéis está sendo aplicado em atividades essenciais da igreja.  
C) O imóvel não é imune ao IPTU, pois está alugado a terceiro, devendo o imposto ser recolhido pelo locador.  
D) O IPTU é devido pelo locatário, pois não exerce atividades religiosas, não havendo imunidade no caso.  
E) As igrejas não possuem benefícios tributários relacionados ao IPTU, devendo o imposto ser recolhido.

**Questão 3** - (Procurador do Estado – RS/2010 - Adaptada) Além de dispor sobre conflitos de competência e regular as limitações constitucionais ao poder de tributar, a Constituição Federal atribui à Lei Complementar outras funções. Assinale a alternativa que melhor descreve essas funções:

- A) Tratamento diferenciado e favorecido ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

- B) Tratamento adequado para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- C) Estabelecer normas gerais em matéria tributária.
- D) Instituir impostos de qualquer natureza.
- E) Instituir isenções.

**Questão 4** – (Ano: 2008 Banca: FCC Órgão: TCE-AL – Procurador). É exceção ao princípio da uniformidade geográfica:

- A) Vedaçāo da União em instituir tributo uniforme em todo o território nacional.
- B) Concessão, pela União, de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre diferentes regiões do País.
- C) Vedaçāo aos Estados e Distrito Federal de instituir isenções de tributos de competência dos Municípios.
- D) Concessão, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão da procedência.
- E) Vedaçāo de estabelecer limitação ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.

**Questão 5** – (Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: PGM – SP– Procurador do Município - Adaptada). No que concerne aos princípios gerais da tributação e aos impostos, julgue os itens que se seguem.

- I. A repartição de receitas tributárias implica deslocamento da competência para instituir e arrecadar os impostos a serem repartidos.
- II. Em matéria de instituição de impostos, a competência residual é da União.
- III. Se uma pessoa jurídica de direito público interno detiver competência para prestar determinado serviço específico e divisível aos contribuintes, ela, em princípio, poderá instituir a contribuição especial correspondente, observando o regramento constitucional.
- IV. O princípio da legalidade aplica-se a todos os impostos, no que diz respeito à definição das hipóteses de incidência.

Estão corretos apenas os itens

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) II e IV
- E) I, III e IV.

**Questão 6** – (Ano: 2023 - Banca: Instituto Consulplan Órgão: Câmara de São Joaquim da Barra – SP– Procurador Jurídico - Adaptada). No Brasil, adota-se a teoria pentapartite sobre os tipos de tributo. Analise os tributos indicados a seguir.

- I. Empréstimos compulsórios.
- II. Imposto sobre grandes fortunas.
- III. Contribuições de melhoria.
- IV. Taxas.

Nos termos do disposto na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), podem ser instituídos e cobrados pelos municípios os tributos indicados em:

- A) I, II, III e IV.
- B) III, apenas.
- C) IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) II e IV, apenas.

**Questão 7** – (Ano: 2012 Banca: FDC Órgão: Prefeitura de Belo Horizonte – MG Prova: FDC – 2012 – Auditor Fiscal de Tributos Municipais). O empréstimo compulsório é classificado como:

- A) Um imposto.
- B) Uma espécie de tributo.
- C) Uma exação sui generis.
- D) Uma espécie de confisco.
- E) Um contrato de empréstimo de direito público.

**Questão 8** - De acordo com o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que se aplica, retroativamente, a lei tributária na hipótese de:

- A) Analogia, quando esta favorecer o contribuinte.
- B) Ato não definitivamente julgado, quando a lei nova lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.
- C) Extinção do tributo, ainda não definitivamente constituído.
- D) Graduação quanto à natureza de tributo aplicável, desde que não seja hipótese de crime.
- E) Leis interpretativas que estabeleçam penalidade à infração dos dispositivos interpretados.

**Questão 9** – (Ano: 2019 - Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: MPE-PI – Promotor de Justiça Substituto). De acordo com o Código Tributário Nacional, constitui um traço distintivo entre a obrigação tributária principal e a obrigação tributária acessória o fato de que

- A) Somente a obrigação principal decorre da legislação tributária, uma vez que a obrigação acessória é determinada por normas de direito civil ou empresarial.
- B) A obrigação principal tem por objetivo o pagamento de tributos ou de penalidade pecuniária, ao passo que a obrigação acessória tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- C) A obrigação principal somente pode ter como objeto o pagamento de tributo; a obrigação acessória, por sua vez, deve ter por objeto o pagamento de uma penalidade pecuniária.
- D) Somente a obrigação principal decorre de um fato gerador; a obrigação acessória é imposta a terceiro que, sem possuir a condição de contribuinte, tem uma obrigação decorrente de disposição expressa de lei.

E) A obrigação principal é devida pelo contribuinte, ao passo que a obrigação acessória é imposta e compete ao responsável tributário.

**Questão 10** - (Ano: 2022 - Banca: FGV Órgão: PGE-SC – Procurador do Estado) Acerca das obrigações tributárias acessórias, à luz do texto do Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

( ) A obrigação acessória pode ser instituída por ato normativo infralegal.

( ) Os sujeitos passivos beneficiados por isenção ficam dispensados do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja objeto da isenção.

( ) Interpreta-se extensivamente a legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

A sequência correta é:

- A) V, V e V;
- B) V, V e F;
- C) V, F e F;
- D) F, V e V;
- E) F, F e V.

**Questão 11** – (Ano: 2012 Banca: Quadrix Órgão: CRP – 9ª Região (GO) - Analista Administrativo) Em relação ao sujeito passivo da relação jurídica tributária, assinale a assertiva **errônea**.

A) Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

B) O sujeito passivo da obrigação principal diz-se contribuinte quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.

C) Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

D) O sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

E) Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

**Questão 12** - (Ano: 2021 Banca: IDIB Órgão: Prefeitura de Verdejante - Agente de Arrecadação) Analise as afirmativas a seguir sobre a capacidade tributária:

I. A capacidade tributária é sempre passiva, pois o sujeito ativo da relação tributária é a pessoa jurídica de direito público.

II. A capacidade tributária não está vinculada à capacidade civil das pessoas naturais.

III. A pessoa jurídica não regularmente constituída, desde que configure uma unidade econômica ou profissional, pode ter capacidade tributária passiva.

Assinale:

- A) Se todas as afirmativas estiverem corretas.
- B) Se apenas a afirmativa I estiver correta.
- C) Se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- D) Se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- E) Se todas as afirmativas estiverem erradas.

**Questão 13** – (Ano: 2024 - Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Lins – SP – Fiscal de Tributos) O lançamento efetuado e revisto pela autoridade administrativa sem participação do contribuinte é um lançamento

- A) Por homologação.
- B) Direto (ou de ofício).
- C) Por declaração.
- D) Denominado autolançamento.
- E) Indireto.

**Questão 14** – (Ano: 2024 Banca: UNIVIDA Órgão: Prefeitura de Ourizona – PR - Auditor de Controle Interno)

Após a constituição do crédito tributário, o Ente público deve agir para assegurar que os valores efetivamente lançados e não pagos sejam devidamente cobrados, administrativa ou judicialmente, uma vez que os recursos públicos são escassos e necessários para servir à população. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, as modificações nos créditos tributários ocorridas em decorrência de parcelamento e compensação por parte dos Contribuintes:

- A) Suspensão e extinção.
- B) Extinção e exclusão.
- C) Exclusão e suspensão.
- D) Suspensão em ambos os casos.
- E) Extinção e suspensão

**Questão 15** – (Ano: 2012 - Banca: VUNESP Órgão: TJ-MG - Juiz de Direito Substituto - Adaptada) Assinale a alternativa que apresenta informação **incorrecta**

A) São solidariamente responsáveis as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação tributária.

B) A isenção ou a remissão de crédito tributário, na hipótese de solidariedade, exonera, sem ressalvas, todos os obrigados.

C) A responsabilidade solidária pura ocorre quando tanto o contribuinte quanto o responsável respondem sem o benefício de ordem.

D) A lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade tributária à terceira pessoa, quando esta estiver vinculada ao fato gerador da exação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da mesma obrigação.

E) Diz-se contribuinte quando o sujeito passivo tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador

**Questão 16** – (Ano: 2024 - Banca: FGV Órgão: Câmara dos Deputados - Consultor Legislativo – Área III (Reaplicação) – Adaptada). As garantias e os privilégios do crédito tributário, conforme previstos no CTN, têm por objetivo assegurar o recebimento dos valores devidos à Fazenda Pública:

I. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza deste e a da obrigação tributária correspondente.

II. Em caso de falência, o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição.

III. As hipóteses de garantias do crédito tributário previstas no CTN constituem rol taxativo.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) Todas estão certas.
- B) Todas estão erradas.
- C) Apenas a I está certa.
- D) Apenas a II está correta.
- E) Apenas a III está correta.

**Questão 17** - (ESAF/ATRFB - 2009 - Adaptada) - A Constituição Federal, entre outras limitações ao poder de tributar, estabelece a isonomia, vale dizer, veda o tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente. Sobre a isonomia, é correto afirmar que:

- A) Diante da regra mencionada, o tratamento tributário diferenciado dado às microempresas e empresas de pequeno porte, por exemplo, deve ser considerado inconstitucional.
- B) Não se permite a distinção, para fins tributários, entre cooperativas, empresas comerciais e prestadoras de serviços, bem como entre diferentes ramos da economia.
- C) Para que um tratamento tributário diferenciado (isenção, por exemplo) seja justificado, não é necessário haver correlação lógica entre este e o elemento de discriminação tributária.
- D) Em razão do princípio constitucional da isonomia, não deve ser diferenciado, por meio de isenções ou incidência tributária menos gravosa, o tratamento de situações que não revelem capacidade contributiva ou que mereçam um tratamento fiscal ajustado à sua menor expressão econômica.
- E) A isenção, como causa de exclusão do crédito tributário, é, por sua própria natureza, fator de desigualdade e discriminação entre pessoas, coisas e situações. Nem por isso, no entanto, as isenções são inconstitucionais, desde que reste demonstrado que se teve em mira o interesse ou a conveniência pública na aplicação da regra da capacidade contributiva ou no incentivo de determinadas atividades de interesse do Estado.

**Questão 18** - (CESPE - PROMOTOR DE JUSTIÇA/MPE/RN – 2009) A instituição de tributo com

alíquotas progressivas sem ser exageradamente oneroso, não podendo, portanto, ser considerado confisco, faz transparecer, no direito tributário, na instituição do referido tributo, o cuidado com o princípio da:

- A) Seletividade.
- B) Não-diferenciação tributária.
- C) Legalidade estrita.
- D) Capacidade contributiva.
- E) Igualdade tributária, em sentido jurídico.

**Questão 19** - (FGV/FISCAL DE RENDAS DA SEFAZ/RJ – 2009 - Adaptada) Segundo a jurisprudência preponderante dos Tribunais Superiores, a respeito dos denominados acordos de bitributação (Tratados Internacionais Bilaterais em Matéria de Imposto sobre a Renda) firmados pelo Brasil (Tratados-Contrato), assinale a afirmativa correta.

- A) Submetem-se à lei interna brasileira sempre que com ela (lei interna) conflitarem.
- B) Sobrepõem-se à lei interna, limitando a sua eficácia nas hipóteses previstas em seus dispositivos (dos acordos de bitributação).
- C) Não podem conceder isenções de tributos federais.
- D) Não se diferenciam dos tratados de regras gerais tributárias no que se refere a sua relação com a lei interna.
- E) Sobrepõem-se ao direito interno, inclusive em relação aos dispositivos constitucionais, pois contêm normas supranacionais.

**Questão 20** – Assinale a alternativa correta, considerando que a segunda assertiva se vincula e é decorrência lógico-jurídica da primeira.

- A) O CTN equipara à majoração de tributos a modificação de sua base de cálculo que importe em torná-lo mais oneroso, sendo matéria reservada à lei; / entretanto, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo não é matéria reservada à lei.
- B) De acordo com o princípio da vedação de isenções heterônomas, os Estados e Municípios não podem determinar isenções nos tributos de competência dos demais entes federados; / contudo, somente a União poderá instituir isenções de tributos de competência de Estados e Municípios, como prevê a Constituição.
- C) Pelo princípio da anterioridade tributária, que destaca o valor da segurança jurídica, os tributos criados ou majorados só poderão ser cobrados no exercício financeiro posterior ao da lei que os instituiu ou majorou; / assim sendo, esse princípio deve ser aplicado a todas as espécies tributárias.
- D) Pelo princípio da noventena, que está vinculado ao valor da segurança jurídica, a lei que cria ou aumenta tributos só pode produzir efeitos noventa dias após a sua publicação; / dessa forma, todos os tributos estão sujeitos a essa regra, exceto as contribuições sociais.
- E) De acordo com Princípio da Liberdade de Tráfego, é vedado à União, Estados e Municípios estabelecer tributos pelo fato de pessoa ou bem estar indo ou voltando de um ponto a outro; / por isso, o pedágio tem sua constitucionalidade questionada.

Alternativa/ Questão	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					